

PROPOSTA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA DOCÊNCIA

Karina Cardoso Sousa¹

karinaassistentesocial@gmail.com

Jalva Lilia Rabelo de Sousa²

jalva@ifpi.edu.br

Heloísa Beatriz Cordeiro Moreira³

heloisacordeiro@yahoo.com.br

RESUMO

42

A inclusão, vista sob a perspectiva educacional, requer uma postura diferenciada do professor, de modo que contribua para práticas abrangentes, a começar no espaço da sala comum. Isso porque o profissional que atua nesse ambiente desempenha papel primordial no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do educando. Neste artigo, discutem-se as práticas pedagógicas necessárias e possíveis à docência no âmbito da educação inclusiva, e com maior especificidade, na educação especial. Para a realização deste artigo, evidenciou-se a compreensão de leituras e interpretação de textos que tratam das temáticas: educação inclusiva, educação especial e práticas pedagógicas com vistas à inclusão. Nesse ensejo, apresentam-se alguns exemplos de estratégias que podem colaborar com processos inclusivos, como a formação continuada, o conhecimento do alunado, o uso de produções cinematográficas como recurso pedagógico, o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em sala de aula, e a adoção de atividades que fazem os estudantes vivenciarem as dificuldades e limitações de quem tem alguma necessidade especial. Atitudes simples podem fazer a diferença na vida de estudantes que têm na educação talvez o único meio para serem incluídos na sociedade de forma digna e efetiva. Os autores que sustentam este trabalho são Honnef e Costas (2012); Oliveira e outros (2012); Finck (2011); Carvalho (2010); Blanco e Glat (2009); Xavier (2009); Lima (2006); Freire (2005); Carvalho (2001) e Libâneo (1994).

Palavras-chave: Educação especial. Práticas pedagógicas. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão, enquanto paradigma educacional, objetiva a construção de uma escola na qual o respeito à diversidade e a garantia da acessibilidade sejam marcas presentes no cotidiano institucional. Para tanto, requer um processo de ressignificação de concepções e práticas por parte dos sujeitos que a constituem, sobretudo daqueles que vivenciam diretamente o processo ensino-aprendizagem com os estudantes, a saber, os professores. Logo, o professor da sala comum desempenha dentro da escola papel primordial no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de todos os estudantes.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva discutir as práticas pedagógicas necessárias e possíveis à docência na perspectiva da educação inclusiva, com especificidade na educação especial. Importa registrar que a experiência profissional no atendimento a pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) no ensino médio integrado e no âmbito universitário incitou o desejo de contribuir com a formação de graduandos nas licenciaturas, no campo da educação especial, fazendo-os compreender o

¹ Assistente Social da UFPI. Acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

² Doutora em Administração de Empresas. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Parnaíba. Professora do PROFEPT.

³ Professora do PROFEPT. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

seu real papel nesse processo, com vistas à garantia de uma educação de qualidade a sujeitos que demandam um olhar mais humanizado, dada a particularidade que levam consigo.

Para tanto, como procedimento metodológico, envidou-se a compreensão de leituras e interpretação de textos que tratam das temáticas: educação inclusiva, educação especial e práticas pedagógicas com vistas à inclusão. Assim, o artigo estrutura-se em quatro tópicos: o primeiro consiste nessa introdução, que designa tema, objetivo e procedimento metodológico; o segundo aborda brevemente as categorias educação inclusiva e educação especial; no terceiro, discutem-se o professor da sala comum e as práticas pedagógicas inclusivas, com exemplificações que materializam a educação especial no cotidiano escolar; por fim, no quarto tópico, apresenta-se uma breve conclusão.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para Libâneo (1994, p. 22), a educação envolve “[...] a formação da qualidade humana – física, moral, intelectual, estética [...] na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais”. Isso posto, compreende-se a dimensão dos sentidos que a educação assume na vida dos indivíduos, sendo inescusável para o desenvolvimento pleno do ser humano. Por muito tempo, porém, a educação não esteve acessível a todas as pessoas, sendo direcionada a grupos específicos em certo momento histórico.

A garantia de acesso formal à educação para as pessoas com necessidades especiais passou por um processo lento e difícil. Nesse cenário, a concepção que pairava sobre essas pessoas era de incapacidade, daí porque não se concebiam razões para educá-las na perspectiva de um pleno desenvolvimento.

No século XVIII, a partir de movimentos populares com reivindicações por participação social a toda e qualquer pessoa, a educação especial começa a ser estabelecida para as pessoas com necessidades especiais. Porém, à medida que se constituiu formalmente, foi organizada de modo tradicional como atendimento especializado em substituição ao ensino comum, resultando em instituições especializadas, classes e escolas especiais.

Já no século XX, a educação especial ganhou um novo contorno, sendo vislumbrada sob novos paradigmas, tendo como horizonte a educação inclusiva. Por educação inclusiva, Blanco e Glat (2009, p. 16) compreendem a orientação para

[...] um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem.

Carvalho (2001), ao discorrer sobre a importância da educação inclusiva, registra que ela movimentou as discussões em torno do reconhecimento do direito de ser diferente e procurou formas para superação de situações de exclusão.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 conduziu muitas mudanças quanto ao acesso a serviços

por segmentos populacionais considerados como grupos minoritários, a exemplo de pessoas com deficiências ou com necessidades especiais. Nesse ordenamento jurídico, a educação é garantida como política pública, social e direito subjetivo, de responsabilidade do Estado que, conjuntamente com a família e sociedade civil, devem promover a viabilidade dos meios necessários para a sua promoção (BRASIL, 1988).

Após a Constituição Federal de 1988, outras normativas alusivas ao direito à educação a toda e qualquer pessoa se estabeleceram, influenciadas por movimentos sociais nacionais e internacionais que reivindicavam mais atenção do Estado na garantia de direitos a todos, sem distinção de qualquer natureza, visando à inclusão social de diferentes grupos sociais que viviam desprovidos de oportunidades legais no acesso aos serviços necessários aos cidadãos.

Nessa conjuntura, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, de 1996, reafirma a educação como direito de todos e dever do Estado, e traz em seu corpo um capítulo específico para tratar da educação especial, definindo-a como uma modalidade transversal que deve estar presente em todos os níveis de ensino, e exigindo adaptações nos métodos, nos currículos, nos recursos educativos e nas organizações específicas, tendo em vista o atendimento às necessidades específicas de seu público-alvo e considerando a diversidade do contexto educacional (BRASIL, 1996).

A LDB prevê, visando à efetivação do direito à educação às pessoas com necessidades especiais, a presença de professores com habilitação adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, assim como professores do ensino regular capacitados para acolher e atuar efetivamente na educação desses sujeitos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Outra normativa notável no âmbito da educação especial é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), de 2008. Com o objetivo de garantir “o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes” com NEE nas escolas regulares, essa política prevê como garantia, entre outras, a “formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar” (BRASIL, 2008, p. 10).

Portanto, a formação do professor visando a processos educativos de caráter inclusivo é uma necessidade que, embora amparada legalmente, precisa ganhar materialidade a fim de alcançar os objetivos da educação especial, qual seja o compromisso com uma formação educacional de qualidade ao seu público.

Em conformidade com Xavier (2009, p. 22), aduz-se que

[...] a inclusão escolar deve ter como principal compromisso, a formação da cidadania a partir de uma escola pública de qualidade para todos os alunos. E nesse caso, é preciso pensar que incluir é muito mais do que ter acesso à escola. Incluir significa uma inserção total e incondicional de todos, em todos os seus aspectos (sociais, culturais, pessoais). Exige, para tanto, uma ruptura de paradigmas, conceitos e preconceitos cristalizados e a realização de transformações na escola (ideológicas, pedagógicas, filosóficas e estruturais) e nos educadores.

Por cúmulo, a inclusão escolar deve materializar-se no cotidiano dos sujeitos que vivenciam a escola permitindo que esta constitua um espaço de acessibilidade e estímulo à convivência, alicerçada em
Rev. Educ., Cult. Soc., Sinop/MT/Brasil, v. 11, n. 2, p. 42-53, jul./dez.2021

princípios éticos e humanos que oportunizem que todos sejam aquilo que são, sem discriminação.

Deveras, a garantia da educação especial na perspectiva de educação inclusiva requer o desenvolvimento de práticas educativas que perpassam vários elementos, envolvendo diferentes sujeitos de modo integralizado, não como uma ação estreita e focada unicamente em um sujeito ou em um método.

3 O PROFESSOR DA SALA COMUM E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Quando se pensa em educação especial e, por conseguinte, em estudantes com necessidades especiais, logo se visualiza como profissionais primordiais no processo de inclusão desses estudantes no espaço escolar os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Esses indivíduos desempenham a função de auxiliar os estudantes com necessidades especiais em um determinado período e em uma sala específica, que é provida de recursos adaptados necessários à promoção do desenvolvimento cognitivo e psicomotor desses estudantes, contribuindo para a promoção de uma aprendizagem mais efetiva.

Conforme as Diretrizes para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação (MEC),

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementar e/ou suplementar a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008)

Na lógica da inclusão escolar, assim como os profissionais do AEE, desempenham papel importante o professor da sala comum, que possui função meritória no processo de inclusão dos estudantes especiais, podendo contribuir com processos educativos que favoreçam a aceitação do diferente, o respeito à diversidade, a ética nas relações sociais e a solidariedade entre os sujeitos, a começar no próprio espaço da sala de aula.

A propósito, Carvalho (2010) ressalta que na vertente da educação inclusiva, a diversidade precisa ser valorizada mediante a interação dos sujeitos entre si e com seus contextos de vida, de modo que o seu potencial se fortaleça. Nessa direção, ao professor da classe comum cabe um trabalho que compreenda a diversidade como algo natural, além de que toda e qualquer forma de afronta a ela deve ser negada enquanto princípio de vida.

Outrossim, é importante que esse profissional trabalhe com as diferenças que formam o todo, sem anulá-las nem estabelecer padrões de homogeneização que discriminem as minorias. Esse mister deve começar no espaço da sala comum, exigindo, no que lhe cabe, esforços dos professores desse espaço no sentido de pensar estratégias pedagógicas e práticas educativas com vistas à plena inclusão escolar.

Experiências e habilidades são adquiridas, sobretudo, com a prática, daí a importância de buscar

conhecimento e metodologias diferenciadas, inovando o exercício profissional na esperança de contribuir com uma *práxis* efetiva para a educação inclusiva. Nessa conjuntura, o comportamento dos estudantes diante das particularidades do outro é construído no convívio, na interação social, com a troca de experiências. A depender de como o professor trabalha com as particularidades de cada estudante presente na sala de aula comum, esse comportamento pode assumir um caráter humanizador ou não, estendendo-se para outros espaços de convivência.

3.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

46

A inclusão escolar é um processo contínuo. Incorporar os estudantes com necessidades educacionais específicas exige, para além de garantir uma matrícula formal, o acolhimento engajado desses estudantes por parte de todos os sujeitos que fazem a instituição. Sobre esse processo de inclusão, Lima (2006, p. 37) pontua: “[...] deve-se estimular e desenvolver uma prática de convivência com a diversidade e de acolhimento a todos os alunos, com ou sem deficiências, e com as suas mais diversas especificidades [...]”.

Nessa lógica, as sugestões a seguir objetivam coadjuvar a adoção de práticas pedagógicas que colaborem com a inclusão, a começar no espaço da sala de aula comum. Não se pretende aqui ditar um manual de regras, mas apresentar ideias que, uma vez materializadas em contextos educacionais diversos, facultam novos rumos, com vistas a uma *práxis* docente humanizada em torno da educação especial e da educação inclusiva.

✓ **Formação continuada**

Os principais responsáveis pela formação de professores para a educação básica são os cursos de licenciatura. Além deles, existem aqueles destinados à formação de professores: os cursos profissionalizantes e as capacitações que podem ocorrer ao longo da profissão. Apesar de a formação continuada ser uma prerrogativa garantida legalmente por diferentes normativas institucionais, nomeadamente no contexto educacional, compreende-se aqui que o profissional que almeja alcançar uma postura inclusiva em sua *práxis* cotidiana, deve empenhar-se, por si mesmo, pela formação continuada, para além da ofertada pela instituição.

Essa busca pode ser feita em sites e plataformas gratuitas, os quais oferecem diversas capacitações, por vezes priorizando profissionais por área. O site do MEC é um exemplo de oferta de oportunidades de capacitações gratuitas e online na área educacional. Outros sítios também disponibilizam capacitações a preços acessíveis e com facilidades para pagamento, viabilizando acesso a um grande contingente de pessoas. Portanto, há uma gama de oportunidades para os profissionais capacitarem-se, bastando, contudo, que sejam buscadas por eles.

Honnef e Costas (2012) observam a necessidade de as experiências pedagógicas dos professores

serem vistas nos processos de formação desses profissionais, e que a partir delas, as discussões, reflexões e ações realizadas no contexto escolar sirvam de experiências a outras práticas. Dessa forma, “[...] os professores conseguirão melhor visualizar e construir concepções e práticas de acordo a realidade da educação especial na perspectiva inclusiva, e de acordo as necessidades de aprendizagem de alunos com e sem NEE.” (HONNEF; COSTAS, 2012, p. 113).

O professor com postura inclusiva adota em sua prática a busca incessante por novos e atualizados conhecimentos, a fim de melhorar o seu exercício profissional, pois compreende que a sala de aula é complexa e heterogênea, requerendo dele constante atualização para que possa atender a contento às suas demandas.

Lima (2006) declara que não se espera que os professores saibam de tudo ou que tenham conhecimento acerca de todas as necessidades especiais. Sobre essa questão, sabe-se que uma variedade de NNE que chega à escola, mas na medida em que o professor passa a receber um estudante com alguma necessidade especial, torna-se imprescindível que, se ele almeja ser inclusivo, busque conhecimentos sobre aquela necessidade, a fim de estabelecer estratégias pedagógicas capazes de possibilitar a mediação e construção do saber daquele estudante de modo eficaz.

✓ **Conhecer seus estudantes**

Uma prática pedagógica que denota um diferencial no trabalho com pessoas portadoras de necessidade especial é o conhecimento sobre os sujeitos que apresentam demanda por atendimento diferenciado. Nesse âmbito, assimila-se a necessidade de entendimento sobre a peculiaridade que o sujeito apresenta, sua historicidade, como foi adquirida ou se é congênita, além das demandas na área educacional e na saúde, que dizem respeito àquele sujeito e as repercussões, em termos sociais e econômicos, de suas carências.

Isso implica, por parte do professor, a utilização de instrumentais como um dossiê, um diário de bordo ou um plano de atendimento individualizado para os estudantes com NEE. Munido desses instrumentos, poderá colher e registrar informações úteis para a compreensão de como trabalhar aspectos educacionais do estudante em sala de aula junto com os demais estudantes, a fim de alcançar, de fato, processos educativos inclusivos que colaborem com todos os sujeitos em sala de aula e fora dela.

Nesse processo de conhecer o sujeito demandante de seu trabalho, a família torna-se peça fundamental para a conquista dos objetivos almejados com a prática educativa. Dessa forma, torna-se imperioso que o professor dotado de postura inclusiva conheça a família dos estudantes com NEE, para apurar informações como: com quem convive aquele estudante; se em família nuclear ou extensa; quem são os responsáveis por aquele educando, por deixá-lo e buscá-lo na

escola; quem divide a responsabilidade de ajudá-lo nas tarefas de casa.

Inteirar-se um pouco da percepção de escola e da educação que a família tem, e compreender a implicância disso no contexto educacional e inclusivo no qual aquele educando está envolvido, é uma tarefa que, sem dúvidas, fará diferença em processos educativos inclusivos ao professor que almeja alcançar essa integração em sala de aula.

É possível afirmar, inclusive, que quando o professor demonstra conhecer bem seus estudantes, uma relação de confiança é construída e repercutirá positivamente nos processos de aprendizagem desses sujeitos, que se sentem mais motivados a aprender porque sabem que naquele espaço de aprendizagem há alguém que se importa com eles.

✓ **Cine inclusão: exibição de filmes ou curtas-metragens**

Os produtos audiovisuais são importantes em todas as fases do desenvolvimento do indivíduo. A introdução de produções cinematográficas representa uma oportunidade ímpar para rever a prática pedagógica e os conteúdos ministrados pelos professores. Os filmes contribuem para despertar a criticidade sobre determinado assunto; compreender os fenômenos históricos e sociais; desenvolver sentimentos e valores, como empatia, sensibilidade, respeito, entre outros.

Em muitas licenciaturas, é comum o uso de filmes ou documentários associados às disciplinas em que o professor utiliza esse meio para fins de avaliação de determinado assunto. Na educação básica, essa prática também pode ser corrente e, certamente, traz resultados positivos para todos os envolvidos.

A partir dos filmes ou curtas-metragens, outras atividades podem ser desenvolvidas, alusivas às diferentes disciplinas do currículo escolar, a exemplo de: produção de resumos; fichamentos nas aulas de português; redação sobre o tema trabalhado no filme em aulas de sociologia e filosofia; aspectos geográficos e históricos do filme, como nacionalidade, temas como clima, relevo, produção econômica; no aspecto cultural, questões como arte, música, línguas e costumes.

Isso posto, verifica-se que as possibilidades de interdisciplinaridade são múltiplas, cabendo criticidade e criatividade por parte do professor da sala comum. Assim, as exibições de filmes devem ser pensadas a partir da faixa etária e duração, a fim de não se tornar cansativo aos estudantes, seguindo planejamento prévio no plano de aula do professor.

No entendimento de Oliveira e outros (2012, p. 298),

Ao escolher um filme para dinamizar o conhecimento dos alunos com as atividades em sala de aula, o professor deve levar em conta o problema da adequação do conteúdo e da abordagem por meio de reflexão prévia sobre os objetivos. Alguns fatores, contudo, interferem na conformação e desenvolvimento deste tipo de abordagem. São eles: as possibilidades técnicas e de organização na exibição de um filme; a articulação com o conteúdo discutido; os conteúdos que deverão ser trabalhados e ajustados conforme a faixa etária da turma.

Para melhor visualizar a possibilidade de adoção de filme com a temática inclusiva enquanto recurso pedagógico em sala de aula, associado a outras disciplinas, o Quadro 1 apresenta um exemplo de Plano de Aula que aborda a Síndrome de Tourette.

Quadro 1 – Plano de aula

Tema: Necessidades especiais		
Turmas: 8ª série, 9º ano	Data: ___/___/___	Duração da aula: 4h
Objetivos:		
1º Conhecer indicadores sobre pessoas com necessidades especiais;		
2º refletir sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais;		
3º identificar aspectos legais do direito das pessoas com necessidades especiais;		
4º conhecer outras culturas regionais.		
Metodologia:		
1º Momento: explicar o que são necessidades especiais, contextualizando em termos de País;		
2º Momento: assistir ao filme;		
3º Momento: promover discussão / comentários sobre a narrativa do filme;		
4º Momento: docente comenta suas impressões sobre o filme, contextualizando pontos importantes com os conteúdos escolares (sociologia, filosofia, história, geografia).		
Ficha técnica		
O primeiro da classe. 95 minutos. Gênero: Biografia, Drama.		
Sinopse		
Drama familiar sobre um homem com Síndrome de Tourette que desafia a todos para se tornar um excelente professor. Inspirado em uma história verdadeira, o filme é estrelado pelo ator James Joseph Wolk, que dá vida ao professor Brad Cohen, personagem com Síndrome de Tourette. Brad, no início do filme, não tem um bom relacionamento com o pai, mas conta com um irmão protetor e uma mãe que o apoia. Desde a infância, sofre preconceitos devido à Síndrome de Tourette. Cansado dos tratamentos sem solução, Brad resolve abandonar o acompanhamento médico. Já adulto e formado, começa a correr atrás de seu sonho de ser professor, mas o preconceito com a síndrome é a sua maior barreira.		
Roteiro para discussão		
1º Como é possível colaborar com a inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola?		
2º Faça uma pesquisa sobre a cultura regional de onde o filme se passa.		
3º Você considera as pessoas com necessidades especiais capazes para trabalhar? Por quê?		
5º Na sua família, tem alguma pessoa com alguma necessidade especial? Explique essa necessidade para seus colegas.		
6º Cite as principais características do clima geográfico da região onde o filme se passa.		
Avaliação		
Participação nas discussões, capacidade crítica de correlacionar os conteúdos com a vida escolar e cotidiana. Discussão das atividades propostas.		
Textos para leitura complementar		

BLANCO, Leila M. V.; GLAT, Rosana. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. *In*: GLAT, Rosana (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 15-35. CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

Fonte: elaborado pelas autoras (2020).

✓ **Inclusão da LIBRAS em sala de aula**

Regulamentada pela Lei nº 10.436, de 2002, a LIBRAS é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão na qual é utilizado um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, que possibilita a transmissão de ideias (BRASIL, 2002).

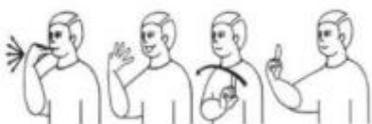
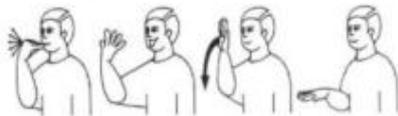
É uma língua utilizada pelas comunidades de pessoas surdas, mas tem ganhado notoriedade e aceitação pelos ouvintes, tornando-se cada vez mais difundida no meio social e em instituições de natureza diversa.

Na sala de aula comum, o ensino de LIBRAS a todos os estudantes tende a possibilitar maior comunicação e interação entre surdos e ouvintes. No âmbito da escola, trabalhá-la em sala de aula denota mostrar respeito à presença dos estudantes surdos ou com deficiência auditiva. Na ausência desses estudantes na instituição, depreende-se respeito pelas comunidades surdas presentes em todo o País. Ademais, gera um novo conhecimento nos estudantes, podendo ser desenvolvido na vida adulta, tendo como possibilidade uma prática profissional.

A inclusão da LIBRAS pelo professor da sala comum deve ser promovida a partir de um planejamento prévio, a fim de tornar a aceitação e aprendizagem mais segura e eficaz por parte dos estudantes. À vista disso, vale destinar um dia e horário para trabalhar essa língua, integrando-a no decorrer do processo em outras atividades, como avaliações, brincadeiras, revisões de conteúdo de outras disciplinas, de modo que essa língua seja naturalmente assimilada pelos estudantes. Para exemplificar, a Figura 1 ilustra um exemplo de atividade avaliativa sobre a LIBRAS.

Figura 1 – Exemplo de atividade avaliativa sobre LIBRAS

2- Observe os sinais e ligue ao nome correto:



Bom dia!

Boa tarde!

Boa noite!

51

Fonte: Disponível em: e <http://www.cursodelibras.org/artigos/cumprimentos-em-libras/> acesso em: 11/01/21.

Da mesma forma que na aprendizagem de qualquer língua nova, quanto mais cedo o indivíduo ter contato com a LIBRAS como segunda língua, menores serão as dificuldades advindas de interação e comunicação com aqueles que utilizam esse conhecimento como primeira língua, a saber, os estudantes surdos ou com deficiência auditiva.

✓ **Sensibilização**

Outro elemento que pode ser adotado pelos professores em sala de aula e favorece os processos educativos de caráter inclusivo é a promoção de aulas com vedação nos olhos de todos os estudantes, possibilitando que sintam na pele a sensação de deficiência visual. Da mesma forma, realizar brincadeiras com parte do corpo (membros inferiores ou superiores) mobilizado para mostrar as dificuldades que as pessoas com deficiência física têm no cotidiano, além de realização de tarefas com o desenvolvimento de outras áreas, com esforço e auxílios externos como necessidade de mais tempo, uso de material adaptado ou um auxiliar. Nesse sentido, Finck (2011, p. 68) ressalta que

o mundo de hoje requer cidadãos que tenham não só conhecimentos, mas também que saibam como utilizá-los em benefício de si e dos outros [...]. E, ainda que, [...] por meio de um projeto político pedagógico diferenciado, a escola poderá buscar a formação do aluno como cidadão, para que ele possa atuar na sociedade de forma que venha contribuir na sua melhoria.

atividades que despertem nos estudantes a empatia e sensibilidade pela diferença do outro tornando-os pessoas mais éticas na sua relação com o outro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Freire (2005) assinala que a educação só tem sentido se voltada para a humanização do indivíduo, dada a incompletude do homem. Logo, a educação é, embora não a única, uma potente possibilidade para despertar processos de formação que colaborem para uma vivência mais sociável e ética.

Com efeito, é preciso compreender que um trabalho educativo interdisciplinar, com propostas flexíveis e criativas, estimula novas aprendizagens e a construção de um ambiente favorável à educação de todos os envolvidos.

Nessa perspectiva, a razão para a discussão sobre as experiências de práticas que corroboram os processos inclusivos na educação não é o convencimento acerca de ideias prontas e acabadas, mas contribuir com o encorajamento de novas ações pedagógicas que sejam criativas, didáticas, críticas e, de fato, promovam inclusão em diferentes aspectos. Para tanto, sua aplicação deve estar em consonância com o contexto real vivenciado pelos sujeitos. Ao professor caberá essa reflexão.

Espera-se, por fim, que este artigo fomente a construção de práticas inclusivas no contexto educacional, a começar pelos professores com seus estudantes em sala de aula, tendo em vista que atitudes simples podem fazer a diferença na vida de estudantes que têm na educação talvez o único meio para serem incluídos na sociedade de forma digna e efetiva.

ABSTRACT

Inclusion, seen from an educational perspective, requires a different attitude from the teacher, so that it contributes to comprehensive practices, starting in the common room space. This is because the professional who works in this environment plays a key role in the cognitive, affective and social development of the student. In this article, the necessary and possible pedagogical practices for teaching are discussed within the scope of inclusive education, and with greater specificity, in special education. For the realization of this article, understanding of readings and interpretation of texts dealing with the themes: inclusive education, special education and pedagogical practices with a view to inclusion was made. In this opportunity, some examples of strategies that can collaborate with inclusive processes are presented, such as continuing education, student knowledge, the use of cinematographic productions as a pedagogical resource, the use of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) in the classroom, and the adoption of activities that make students experience the difficulties and limitations of those who have some special need. Simple attitudes can make a difference in the lives of students who have education as perhaps the only way to be included in society in a dignified and effective way. The authors who support this work are Honnef and Costas (2012); Oliveira et al (2012); Finck (2011); Carvalho (2010); Blanco and Glat (2009); Xavier (2009); Lima (2006); Freire (2005); Carvalho (2001) and Libâneo (1994).

Keywords: Special education. Pedagogical practices. Inclusion.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação

nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, MEC/SEESP, 2001.

_____. **Lei nº 10.436 De 24 de Abril de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 6 mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BLANCO, Leila M. V.; GLAT, R. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. *In*: GLAT, Rosana (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 15-35.

CARVALHO, R. **Educação inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CARVALHO, R. E. Inclusão escolar: desafios. *In*: Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, 1999, Belo Horizonte. **Anais[...]** Minas Gerais: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2001, p. 45-60.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FINCK, S. C. M. **A Educação Física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação**. 2. ed. rev. Curitiba: Ibplex, 2011.

HONNEF, C.; COSTAS, F. A. T. Formação para a educação especial na perspectiva inclusiva: o papel das experiências pedagógicas docentes nesse processo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 1, p. 111-124, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, P. M. P. de; MARIANO, M. R.; REBOUÇAS, C. B. de A.; PAGLIUCA, L. M. F. Uso do filme como estratégia de ensino-aprendizagem sobre pessoas com deficiência: percepção de alunos de enfermagem. **Esc Anna Nery** (impr.), v. 16, n. 2, p. 297-305, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v16n2/13.pdf>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

XAVIER, G. P. de M. Educação inclusiva. *In*: CANEN, A.; SANTOS, A. R. dos (org.). **Educação multicultural: teoria e prática para professores e gestores em educação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009. p. 17-40.